RELAÇÕES DE GÊNERO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS MULHERES EM COMUNIDADES PESQUEIRAS DOS MUNICÍPIOS DE QUISSAMÃ E SÃO JOÃO DA BARRA, RJ.

MORAES, Deisimara Barreto Peixoto Gomes – UENF Bolsista CAPES E-mail: deiseminha@yahoo.com.br

> GANTOS, Marcelo Carlos-UENF E-mail: mcgantos@gmail.com

MARTÍNEZ, Silvia Alicia- UENF *E-mail: silvia-martinez@hotmail.com*

HELLEBRANDT, Luceni- UENF *E-mail: Luceni.hellebrandt@gmail.com*

Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a pesca artesanal enquanto atividade econômica produtiva e como se estabelecem as relações de gênero na categoria do trabalho. O objetivo consiste em identificar como as mulheres se apropriam do trabalho e que posição elas exercem nesse contexto. O recorte espacial foi delimitado a partir dos municípios de atuação do Projeto de Educação Ambiental Pescarte. Os dados qualitativos foram imprescindíveis para definição metodológica, a partir dos relatos colhidos através do Diagnóstico Participativo e Grupos Focais nos debruçamos sobre a realidade vivenciada pelas mulheres.

Palavras chave: Trabalho, Pesca, Relações de Gênero

Introdução

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e Comunidades Tradicionais instituída pelo Decreto Presidencial 6.040 de 2007 considera a pesca artesanal como meio de subsistência em comunidades tradicionais que "possui formas próprias de reprodução cultural social, religiosa, ancestral, econômica utilizando conhecimentos e práticas transmitidos por tradição", estando os pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhas, caiçaras, praieiros entre os povos e comunidades tradicionais.(BRASIL, 2007).

Em seus estudos sobre Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar, Diegues (1983) define a pesca artesanal desenvolvida no Brasil como "complexa e com especificidades ligadas a fatores políticos, sociais, institucionais, econômicos e ambientais inerentes a cada local", utilizando seus usuários diversos meios de produção tais como petrechos, embarcações, estratégias para captura de recursos muitas vezes escassos. (DIEGUES, 1983)

A Lei n°11.959 de 2009 que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca, regula a atividade pesqueira e revoga a Lei n7.679 de 1998 e dispositivos do Decreto Lei 221 de 1967e dá outras providências em seu artigo, segundo inciso terceiro a pesca como "toda operação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros". O artigo oitavo classifica a pesca artesanal "quando praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante parcerias podendo utilizar embarcações de pequeno porte."(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111959.htm).

Nossa proposta é refletir sobre a temática das relações de gênero e as condições de trabalho das mulheres em comunidades pesqueiras, a partir de experiências de atuação de projetos de educação ambiental sem a pretensão de esgotar o tema em questão. Há estudos consolidados na temática, conforme Hellebrandt (2017) e Souza et al (2017) demonstram. Para tal precisamos identificar: quem são essas mulheres? De onde elas estão falando? Quais são as relações de trabalho estabelecidas a partir da perspectiva do gênero? Compreender essas questões, refletir sobre os mais variados papéis desempenhados pelas mulheres, sobre as correlações de forças estabelecidas na sociedade é revelar novos indicadores das mais diversas situações às quais as mulheres ligadas à pesca artesanal estão vinculadas.

O presente trabalho tem por objetivo identificar como as mulheres se apropriam do trabalho e que posições elas exercem nesse contexto. Os dados qualitativos foram imprescindíveis para definição metodológica, a partir dos relatos colhidos por meio do diagnóstico participativo e grupos focais, nos quis nos debruçamos buscando entender a realidade vivenciada pelas mulheres.

O texto está dividido em três partes. A primeira traz uma breve reflexão sobre a literatura relacionada as relações de gênero e trabalho na perspectiva da pesca artesanal, a segunda parte trata-se de uma compreensão das fontes de dados "Projeto Pescarte" e "Diagnóstico Participativo". Na terceira e última parte trata-se de uma análise dos resultados produzidos pelos instrumentos do "Diagnóstico Participativo e Grupos Focais" realizados com mulheres no projeto Pescarte nos anos de 2014 a 2016 nos municípios circunscritos nas ações do projeto.

As relações de gênero e trabalho na perspectiva da pesca artesanal

Estudos e pesquisas têm mostrado uma crescente tentativa de visibilização dos trabalhos que as mulheres executam nas atividades da cadeia da pesca desempenhando os mais variados papéis. A luta das mulheres por transformações e melhorias em suas relações de trabalho já era evidenciada na década de 1970 por Motta-Maués (1977) em seus estudos sobre o status da mulher em uma comunidade pesqueira.

As construções sociais de gênero refletem nos modos pelos quais mulheres e homens participam das atividades produtivas, repercutindo de forma assimétrica em políticas de enfrentamento dos riscos. (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012, p.740)

Em seus estudos sobre a definição de trabalho a partir do conceito de Marx, Zarifian e Hirata (2009) consideram que noção moderna de trabalho foi formalizada pela economia política clássica com uma definição antropológica a qual "o trabalho se constitui como uma característica geral e genérica da ação humana, um ato onde homem transforma a natureza, a matéria dando-lhes formas útil a vida". Nesse sentido, "as trocas entre homens e natureza reproduzem condições sociais de assalariado à medida que o assalariado trabalha sob controle do capitalista ao qual pertence o produto do seu trabalho". (ZARIFIAN, HIRATA, 2009, p.252).

Scott (1996) define gênero como "um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder." Nesse sentido, compreender a categoria trabalho nos estudos das relações de gênero é importante, para identificar como se estabelecem socialmente as relações entre homens e mulheres dentro da pesca artesanal.

Kergoat (2009) em seus estudos sobre a Divisão Sexual do trabalho e as relações sociais de sexo considera " as condições em que vivem homens e mulheres não são determinados por fatores biológicos, mas sobretudo por construções sociais a medida que a divisão social do trabalho é determinada por dois princípios organizadores". O princípio da separação que considera a existência de trabalhos específicos para homens e outros para mulheres e o princípio da hierarquização onde o trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher. Essa escala de divisão prioriza o trabalho realizado pelo homem em detrimento do trabalho realizado pela mulher.

Alencar (1991) aponta a valorização da diferenciação do trabalho de acordo com gênero a partir da sociedade hegemônica onde "mulheres desempenham papéis socialmente entendidos como de coadjuvantes na tradição da pesca e reforçam a divisão socioespacial reproduzida pelo modelo dominante".

Em suas análises sobre a temática Sorj (2010) considera que "as desigualdades e diferenças de gênero associam o feminino à domesticidade e que se expressa na divisão sexual do trabalho, atribuindo prioritariamente às mulheres a responsabilidade com os cuidados da família". Esta invisibilidade da mulher no plano profissional legitima a presença masculina e contribui para não participação das mulheres em espaços de representatividade na pesca.

Conhecendo as fontes de dados: Diagnóstico Participativo e Projeto Pescarte

Nessa parte a proposta é identificar e caracterizar as fontes de dados para compreensão das análises finais propostas no trabalho.

O Diagnóstico Participativo, constitui-se um procedimento metodológico exigido pela Nota Técnica 01, CGPEG/DILIC/IBAMA N°01/2010, como parâmetro para elaboração de Projetos de Educação Ambiental executados no âmbito do Licenciamento Ambiental. Nos anos de 2011 e 2012 foi realizado o Diagnóstico Participativo em 14 municípios da Bacia de Campos¹ realizado pela empresa de consultoria em Meio Ambiente Soma, que criou, planejou e realizou o trabalho com apoio dos agentes locais, poder público municipal e fiscalização do IBAMA.

O procedimento corresponde a um "conjunto de recursos metodológicos capazes de coletar e analisar dados primários junto a grupos sociais localizados na área de influência de determinado empreendimento". O mesmo garante que os Projetos de Educação Ambiental a serem implementados tenham consonância com a realidade local e com as demandas dos diferentes grupos sociais afetados pelas atividades que as indústrias do ramo petrolíferos realizam em alto-mar. (Nota Técnica 01, CGPEG/DILIC/IBAMA N°01/2010.).

Os principais objetivos do diagnóstico foram: identificar e caracterizar problemas ambientais e conflitos que estejam direta ou indiretamente relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural; identificar e caracterizar problemas ambientais e conflitos que não estejam relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural; identificar e caracterizar potencialidades socioambientais encontradas nas localidades abrangidas pelo diagnóstico; identificar e caracterizar os sujeitos prioritários da ação educativa .

As propostas apresentadas pelo diagnóstico foram estruturadas em cinco etapas que dialogam com as premissas da educação ambiental preconizada pelo IBAMA. A primeira proposta foi Análises dos Grupos Sociais através de dados secundários entre os meses de julho a agosto de 2011, a segunda proposta foram Oficinas Municipais ocorridas entre os meses de setembro a outubro de 2011, a terceira proposta foi Levantamento de Campo para o Diagnóstico entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012, a quarta proposta foram as Devolutivas Municipais ocorridas entre os meses de março a abril de 2012 e a quinta etapa a proposta foi a Integração Regional que ocorreu em março de 2012. (Nota Técnica 01, CGPEG/DILIC/IBAMA N°01/2010.).

No ano de 2013 a partir de discussões fomentadas pelos docentes do programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)², técnicos do IBAMA e Petrobras surge o Projeto de Educação Ambiental PEA Pescarte, pautado na Nota Técnica 01, CGPEG/DILIC/IBAMA N°01/2010 linha "A" do Diagnóstico participativo do PEA-BC.

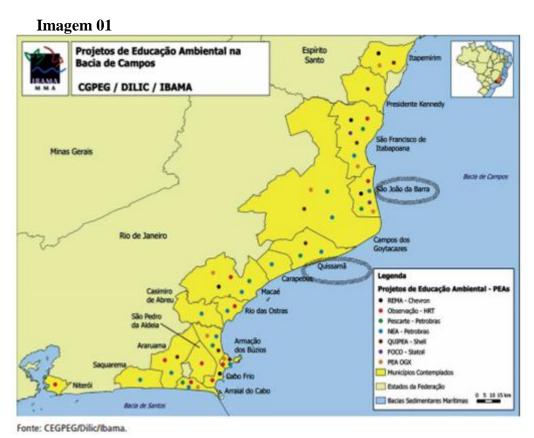
O Projeto Pescarte, tem por objetivo "fortalecer a organização social dos pescadores, pescadoras e seus familiares para que os mesmos possam ser sujeitos participativos no processo da gestão ambiental pública por meio de ações relacionadas ao âmbito da educação ambiental. " O Projeto Pescarte foi formado por uma equipe multidisciplinar para acompanhar o projeto de trabalho social, estudo socioeconômico censitário através de questionários semiestruturados e utilização de metodologias participativas tais como: mapas rápidos participativos, grupos focais, oficinas entre outros. (TIMÓTEO, 2016, p. 36).

¹ A Bacia de Campos "é uma bacia sedimentar, uma formação natural com formato de bacia composta por substâncias químicas e restos de animais vegetais que acumulados centenas de ano deram origem a minerais como petróleo e gases naturais. ". (Relatório do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos- Versão Resumida - PEA-BC 2011-2012. p.08).

² Este Programa "possui um caráter interdisciplinar e atua na produção e gestão do conhecimento social sobre os impactos e transformações em curso na região norte e noroeste fluminense" (MARTINS et al, 2016 p.15).

Os municípios inseridos no Projeto de Educação Ambiental Pescarte são as comunidades de pescadores artesanais circunscritas em sete municípios da bacia, no Estado do Rio de Janeiro: Cabo Frio, Arraial do Cabo, Campos dos Goytacazes, Macaé, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra e Quissamã e fazem parte da região 5, assim definida pela Nota Técnica 01, CGPEG/DILIC/IBAMA Nº01/2010. Essa região abrange os municípios litorâneos do Rio de Janeiro, indo de Saquarema a São Francisco de Itabapoana. Esses sete municípios acima suplacitados estão inseridos em uma área que é considerada a maior reserva petrolífera do Brasil. (TIMÓTEO, 2016, p.08).

Mapa dos Projetos de Educação Ambiental realizados na Bacia de Campos



O presente trabalho se propõe analisar as devolutivas do Diagnóstico Participativo e grupos focais realizados nos municípios de Quissamã e São João da Barra - destacados na imagem. Com o objetivo de quantificar o universo das mulheres respondentes do censo Pescarte destacaremos alguns dados relacionados a população. Cabe ressaltar que os grupos focais realizados pelo Pescarte não contemplaram todo o universo de mulheres. De acordo com critérios estabelecidos na metodologia, os grupos foram realizados com grupos entre 5 a 14 pessoas.

Com o objetivo de mensurar a população alcançada pelo mapeamento do Projeto Pescarte apresentamos o resultado quantitativo do Censo realizado nos sete municípios. O censo, teve como objetivo buscar informações que descrevessem a realidade da pesca. No período de novembro de 2014 a janeiro de 2016 foram entrevistadas as famílias dos indivíduos envolvidos na pesca artesanal pela equipe responsável pela coleta de dados foi previamente treinada para mobilização e aplicação do instrumento.

Inicialmente a equipe de técnicos sociais do projeto mapeou as residências e realizou esclarecimentos sobre a pesquisa através de reuniões na comunidade e todo um trabalho de mobilização. Posteriormente, aplicou o questionário por meio de entrevista individuais em local e horário marcado pelos entrevistados. Ao final da pesquisa foram entrevistadas 3480 famílias envolvidas com a cadeia da pesca, sendo compostas por 10082 pessoas (Tabela 3). (MESQUITA, 2016, p.213).

Imagem 02

Tabela 3 - Total populacional

Município de Estudo	Nº de famílias	Nº de pessoas
Campos dos Goytacazes	586	1643
Macaé	303	841
São Francisco de Itabapoana	1020	3055
São Joao da Barra	481	1272
Arraial do Cabo	391	1096
Cabo Frio	548	1738
Quissamã	151	437
Total	3480	10082

Fonte: PEA Pescaste, 2016.

No Pescarte a coleta de dados secundários se concentrou na análise documental dos relatórios de atividades, reuniões com comunidades de pescadores e lideranças, análise dos relatórios e áudios dos grupos focais realizados com pescadores, mulheres pescadoras e jovens filhos de pescadores, nas sete cidades que compõe o projeto. "A análise documental é um instrumento que complementa dados obtidos por meio de outras fontes, revelando por vezes aspectos que não foram desvelados pelas técnicas aplicadas anteriormente." A identificação e classificação dessas unidades permitem agrupar dados e variáveis por categoria, que abordam o mesmo tema. (PEIXOTO, CAVALHAR; NOGUEIRA, 2016, P.202).

Como estratégia para atualizar os resultados do Diagnóstico Participativo o Projeto Pescarte realizou Grupos Focais nos 7 municípios de abrangência das ações do Projeto. O objetivo primordial da técnica de grupo focal "é revelar as percepções dos participantes sobre os assuntos em discussão com objetivo de aprofundar opiniões, percepções comportamentos e sentimentos dos participantes". (PEIXOTO, CAVALHAR; NOGUEIRA, 2016, P.202). O número de participantes e a seleção dos mesmos de acordo com suas características viabilizam na resposta das questões propostas.

Em seus estudos sobre o trabalho com a técnica dos grupos focais Kind (2004) aponta que "os grupos focais utilizam a interação grupal para produzir dados e insights que seriam dificilmente conseguidos fora do grupo" Os dados obtidos, consideram o processo do grupo, mais que a soma das opiniões, sentimentos e pontos de vista individuais em jogo, adequado, a priori, para investigações qualitativas.

As questões foram conduzidas a partir de três eixos temáticos sendo esses divididos em: trabalho e renda, organização social e avaliação de projetos. Para elaboração desse trabalho consideramos as análises relacionadas aos eixos trabalho e renda que continha as seguintes perguntas geradoras: O pescador e sua família conseguem

viver somente da pesca? Quais atividades as senhoras exercem na pesca? Qual a rotina de trabalho das senhoras? Durante o ano as senhoras desenvolvem outras atividades fora da pesca (do trabalho do lar)? Quais? Como as senhoras administram o dinheiro/renda da família? No eixo temático sobre organização social continha as seguintes perguntas geradoras: As senhoras participam da Colônia ou de alguma associação ligada à pesca? Como e por que participam? E se não participam, por que não participam? As organizações que as senhoras pertencem incentivam ou pedem a sua participação? Como (passando informações, marcando reuniões de eventos etc.)? Existe algum grupo que as senhoras gostariam de participar e não participam? Por que? As senhoras acreditam que os pescadores/pescadoras se ajudam, que são solidários uns com ou outros? Existe ou já existiu alguma experiência de trabalho coletivo (cooperativa) que envolvesse os pescadores? Vocês acham que seria possível realizar hoje algum trabalho coletivo entre os pescadores da região? Quais são as dificuldades que impediram a concretização deste trabalho coletivo? (Roteiro de perguntas geradoras para os grupos focais com mulheres do Projeto Pescarte)

Os grupos foram subdivididos em subgrupos de Pescadores, Mulheres, Jovens e Misto. Desses grupos consideramos as análises apenas dos grupos focais realizados com mulheres cuja temática contemplam os objetivos do trabalho em questão. Ao iniciar as atividades os mediadores tiveram como procedimento: agradecer a presença dos participantes, informar os procedimentos de gravação da reunião, recolher termos de autorização de uso e imagem seguido do pedido para que todos se apresentassem e ao término realizaram novos agradecimentos e informaram sobre as ações do Projeto no município.

Resultados e Discussão

Os critérios de escolha para análises de Quissamã e são João da Barra foram aleatórios no universo dos sete municípios.

Quissamã - É um município jovem, pertencia a Macaé e emancipou-se em 1989. Segundo censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Quissamã contava com 20.242 habitantes. A população estimada em 2017 é de 23.535. O recebimento de royalties possibilitou que a prefeitura investisse em serviços, saúde e educação. Antes da exploração de petróleo na Bacia de Campos Quissamã se destacava por sua produção sucroálcoleira. Até o meado do século XX Quissamã teve um crescente desenvolvimento, mas a partir da crise de 1929 vários fazendeiros sofreram as consequências da crise. A estagnação durou até a década de 70, com a criação do programa Proálcool e com a descoberta de petróleo na bacia de campos. (Relatório do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos-Versão Resumida - PEA-BC 2011-2012, P. 22).

São João da Barra - Em 1995, foi desmembrado e três de seus distritos passaram a fazer parte de um novo município: São Francisco de Itabapoana. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, a população em 2010 estava estimada em 32.747 habitantes. A estimativa de 2017 é de 35.174. Entre as principais atividades econômicas estão: turismo, agropecuária, olericultura e fruticultura nativa, pesca, indústria de bebidas e usina de açúcar. Mais da metade da arrecadação municipal vem dos royalties do petróleo. Desde 2007, estão sendo implementadas obras do Porto do Açu e do distrito industrial. (Relatório do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos- Versão Resumida - PEA-BC 2011-2012. p 24).

O Diagnóstico participativo sobre a realização da atividade pesqueira no município de Quissamã apontou: baixa organização social entre os pescadores derivada da desmotivação e irregularidade da renda pesqueira. O município de São João da Barra apontou a tradição e identidade produtiva dos pescadores, apesar das dificuldades enfrentadas pela modificação dos ambientes naturais, baixa organização social entre os pescadores derivadas da desmotivação e irregularidade da renda pesqueira. (Relatório Final do Diagnóstico Participativo do PEA-BC- Rev.01).

No Grupo Focal de mulheres realizado em Quissamã as mesmas apontaram as artes de pesca utilizadas, em destaque tarrafa e puçá. Apontaram a filetagem, limpeza de peixe, cata de marisco e venda como atividades exercidas. Também relataram a escassez do pescado, inadequação do período do defeso, a necessidade de realizar atividade extra para complementar a renda da pesca. Frisaram a falta de união entre os pescadores, baixa solidariedade e a descrença em cooperativas e empreendimentos coletivos devido a experiência negativa vivenciada no passado. (Relatórios da Atividade "Grupo Focal em Quissamã". Projeto de Educação Ambiental PEA Pescarte, 2015.)

No município de São João da Barra as mulheres apontaram a atividade da pesca como auxilio ao trabalho dos seus respectivos esposos, a impossibilidade de sobreviver da pesca devido à escassez do volume do pescado e baixo custo da mão de obra. As mesmas também destacaram a necessidade de realizar atividades extras para complementar a renda (Relatórios da Atividade "Grupo Focal em São João da Barra". Projeto de Educação Ambiental PEA Pescarte, 2015.).

Os resultados dos grupos focais realizados com as mulheres de Quissamã e São João da Barra revelam um quantitativo de mulheres que exercem a atividade da pesca com baixa remuneração em relação ao valor recebido pelos homens. Apontam o não reconhecimento enquanto classe trabalhadora, a reprodução do trabalho como complementação atividade exercida pelo marido, e a baixa participação nos espaços decisórios e representativos da classe tais como Associação de Pescadores (as), Colônia de Pesca entre outros. Essas evidências e análises construídas a partir desse trabalho podem compartilhar realidades latentes em outros municípios ainda não identificados.

Considerações finais

Este é um estudo preliminar, no qual os resultados indicam como prosseguir na investigação no trabalho de pesquisa desenvolvido no âmbito do Projeto Mulheres na Pesca.³, que tem como principal objetivo elaborar uma cartografia dos conflitos socioambientais presente em sete municípios da mesorregião das baixadas litorâneas e do Norte do Estado do Rio de Janeiro, tendo como foco o sujeito privilegiado as mulheres pescadoras. Cabe ressaltar que as respostas das questões colocadas pelos Grupos Focais que não foram apresentadas nos relatórios serão investigadas na pesquisa em andamento.

Em seus estudos sobre Cadeia produtiva do pescado e a invisibilidade feminina Santos (2016) considera que a invisibilidade feminina na cadeia produtiva do pescado foi reconfirmada em duas frentes: uma externa e outra interna. A externa alinha-se aos elementos estruturais patriarcais da própria sociedade, que repercute nas ações dos órgãos públicos e até mesmo dos órgãos de representação de classe, outra interna, em que as

³ "A realização do Projeto Mulheres na Pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e da baixada litorânea é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF\RJ, com implementação do Fundo brasileiro de Biodiversidade – FUMBIO".

famílias e as próprias mulheres, não se dão conta da importância do seu trabalho e de sua própria incorporação na cadeia produtiva como pescadoras. Os resultados do Diagnóstico Participativo e das relatorias dos Grupos Focais apontam similaridade de problemas enfrentados nos municípios em destaque: o pouco valor agregado a atividade laboral exercida pelas mulheres, a baixa organização social, escassez de matéria prima para realização do trabalho, baixa participação em instituições representativas entre outros, além de revelar o contexto de invisibilidade, a forma como as mesmas se apropriam do trabalho. Os seus relatos definem o lugar de onde elas falam e apontam informações pertinente para realização das mais variadas investigações relacionadas à temática, além de elaboração e reformulação de políticas públicas de inclusão dessas mulheres.

Referências

ALENCAR, Edna F. Pescadeiras, Companheiras e Perigosas: Um estudo sobre a Pesca Feminina em Lençóis. Dissertação (Mestrado) — Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

BRASIL. **Decreto Presidencial 6.040/2007, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/lei/l11959.htm (acesso em 29/09/2017).

_____. Nota Técnica CGPEG/ DILIC /IBAMA nº01/10.Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Brasília, 2010.

DIEGUES, A.C.S.1983. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo. Ed. Ática. 30.p.

HELLEBRANDT, Luceni: Mulheres da Z3- O camarão que "come" as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca, 2017. 173f. Tese (Programa de Pós-Graduação interdisciplinar em Ciências Humanas) — Universidade Federal de Santa Catarina — UFSC, Florianópolis.

HIRATA, Helena, e ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (Conceito de) in: **Dicionário crítico do feminismo**\Helena Hirata... {et al.} (orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp.252-257.

KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo in: **Dicionário crítico do feminismo**\Helena Hirata...{et al.} (orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp.67-77.

KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. In **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, jun. 2004.

MANESCHY, M. C; SIQUEIRA, D. E ÁLVARES, M. L. Pescadoras: **subordinação de gênero e empoderamento Estudos Feministas**. Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012 pp713-737.

MARTINS, Paula Mousinho, MARTINEZ, Silvia Alicia, Azeredo, Luana dos S. A Educação Ambiental no Processo de Licenciamento de Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás.In: TIMÓTEO, Geraldo. **Educação Ambiental com Participação Popular**: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente. Campos dos Goytacazes, Fundenor, 2016, pp 15-34.

MESQUITA, Paulo Sérgio Belchior, Mapeamento da Pesca Artesanal na Bacia de Campos – RJ: Confiabilidade da Pesquisa.In: TIMÓTEO, Geraldo. **Educação Ambiental com Participação Popular**: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente. Campos dos Goytacazes, Fundenor, 2016, pp 207-222.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. **Trabalhadeiras e Camarados: um estudo sobre os status da mulher numa comunidade de pescadores.** Dissertação (Mestrado) - UnB, Departamento de Antropologia, Brasília, 1977.

PEIXOTO, Vitor, CAVALHAR, Diego, NOGUEIRA, Murilo. Análise Quali-Quanti e Produção de Indicadores do Projeto PEA-Pescarte. In: TIMÓTEO, Geraldo. **Educação Ambiental com Participação Popular**: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente. Campos dos Goytacazes, Fundenor, 2016, pp 191-206.

RELATÓRIO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DE CAMPOS — Versão Resumida- PEA-BC- 2011-2012. p 08.

RELATÓRIO FINAL DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DO PEA-BC-Referente ao Plano de Trabalho para continuidade do Diagnóstico Participativo da Bacia de Campos – PEA –BC REV.01, Soma, 2012.

RELATÓRIOS DA ATIVIDADE "GRUPO FOCAL EM QUISSAMÃ". Projeto de Educação Ambiental PEA Pescarte, 2015.

RELATÓRIOS DA ATIVIDADE "GRUPO FOCAL EM SÃO JOÃO DA BARRA". Projeto de Educação Ambiental PEA Pescarte, 2015.

SANTOS, Valdir Junio dos. Cadeia Produtiva do pescado e a invisibilidade feminina: prática, representação e apropriação. In: TIMÓTEO, Geraldo. **Educação Ambiental com Participação Popular**: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente. Campos dos Goytacazes, Fundenor, 2016, pp 139-154.

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil para a análise histórica**. 3. ed. Recife:Ed. SOS Corpo, 1996.

SORJ, Bila. 2010. Os cuidados coma família e as desigualdades de gênero e de classe. In Divisão sexual do trabalho, Estado e Crise do Capitalismo. Albertina Costa; Maria

Betânia ávila; Vera Soares e Verônica Ferreira (Organizadoras) – Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para Democracia, pp. 57 - 65.

SOUZA, Suelen Ribeiro; MARTINEZ, Silvia Alícia, GANTOS, Marcelo Carlos. Mulheres Pescadoras: uma análise das produções bibliográficas acerca das relações de gênero no universo da pesca artesanal. Comunicação Oral em 13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11. Florianópolis SC, Brasil. 31 de julho – 04 de agosto de 2017.

TIMÓTEO, Geraldo. Metodologia de Intervenção Social Educação Ambiental com Participação Popular: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente In: TIMÓTEO, Geraldo. **Educação Ambiental com Participação Popular**: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente. Campos dos Goytacazes, Fundenor, 2016, pp 35-56.